
99 Pay S.A.

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
99 Pay S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da 99 Pay S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da 99 Pay S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia

99 Pay S.A.

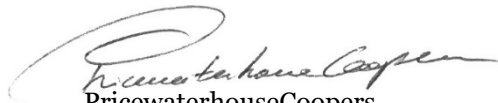
de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de junho de 2022



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

99 Pay S.A.

CNPJ 32.088.314/0001-84

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativo			
Total do ativo		-	-
Passivo			
Total do passivo		-	-
Patrimonio Líquido	5		
Capital social		5.000	5.000
Capital a integralizar		(5.000)	(5.000)
Lucros ou prejuízos acumulados		-	-
Total do patrimônio líquido		-	-
Total do passivo e patrimônio líquido		-	-

99 Pay S.A.

CNPJ 32.088.314/0001-84

Demonstrações do Resultado para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita líquida	-	-
(-) Custo dos serviços prestados	-	-
(=) Lucro bruto	-	-
Resultado operacional	-	-
(=) Resultado operacional antes do resultado financeiro	<u>-</u>	<u>-</u>
Receitas (despesas) financeiras		
Receita financeira	-	-
Despesa financeira	-	-
(=) Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-
(=) Lucro (Prejuízo) líquido do Exercício	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

99 Pay S.A.

CNPJ 32.088.314/0001-84

Demonstrações do Resultado Abrangente para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro (Prejuízo) líquido do Exercício	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>

99 Pay S.A.

CNPJ 32.088.314/0001-84

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Capital a integralizar	Lucros /Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018		-	-	-	-
Capital a integralizar		-	(5.000)	-	(5.000)
Aumento de Capital		5.000	-	-	5.000
Lucro (Prejuízo) líquido do Exercício		-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		5.000	(5.000)	-	-
Lucro (Prejuízo) líquido do Exercício		-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5	5.000	(5.000)	-	-

99 Pay S.A.

CNPJ 32.088.314/0001-84

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (Prejuízo) líquido do Exercício	-	-
Lucro (Prejuízo) líquido ajustado	<u>-</u>	<u>-</u>
Variações dos ativos e passivos operacionais	-	-
Caixa aplicado pelas atividades operacionais	<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>-</u>	<u>-</u>
Aumento líquido no caixa e equivalente de caixa	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	-	-
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	-	-
Aumento líquido no caixa e equivalente de caixa	<u>-</u>	<u>-</u>

99 Pay S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2020

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A 99 Pay S.A. (“Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 11 de outubro de 2018 e tem por objeto social desenvolver no Brasil e no Exterior, atividades relativas à serviços de tecnologia voltados à cobrança, gerenciamento e intermediação de transações comerciais e de serviços, realizadas com cartões de crédito e débito nos estabelecimentos credenciados, bem como exercer outras atividades referentes à prestação de serviços de pagamento, designados pelo Banco Central. Também poderá participar, como sócia, acionista ou investidora em outras sociedades no país ou no exterior. Até o exercício de 2020, a Companhia não havia iniciado suas atividades operacionais. A Companhia possui sua sede localizada na Rua Sansão Alves dos Santos, nº 400, 7º andar, Cidade Monções, São Paulo – SP – Brasil.

2. Base de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as interpretações e as orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Continuidade

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando e, desta forma, as demonstrações financeiras foram preparadas considerando este princípio.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo são reconhecidos imediatamente no resultado. A Companhia classifica seus instrumentos financeiros, em função da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e é determinada no reconhecimento inicial, seguindo as classificações estipuladas pelo CPC 48: (i) Custo amortizado; (ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (PL); e (iii) Valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não possui ativos ou passivos financeiros.

99 Pay S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2020

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Provisões para riscos de passivos contingentes

A Companhia revisa periodicamente suas provisões para riscos de passivos contingentes, apoiada por parecer de assessores legais, quanto à possibilidade de dispêndio de recursos financeiros e à determinação de seus respectivos montantes.

Moeda funcional

A moeda funcional da Empresa é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação de suas demonstrações financeiras. Os ativos e passivos em Reais sujeitos à atualização monetária são ajustados com base nos índices contratuais aplicáveis. Os ganhos e perdas cambiais e os resultados de atualização monetária são registrados como receitas ou despesas financeiras.

O balanço patrimonial está apresentado por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade.

Todas as informações relevantes nas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na condução dos negócios da Companhia.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 28 de junho de 2022.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente durante os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias, aplicações com liquidez imediata e outros conversíveis em caixa. Para que um ativo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor. Por conseguinte, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando possui vencimento de curto prazo a contar da data da aquisição. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

b) Ativos e passivos, circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando realizáveis ou exigíveis dentro dos doze meses seguintes após a data do balanço, ou que sejam mantidos essencialmente com o propósito de serem negociados no curso normal dos negócios.

99 Pay S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2020

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos são reconhecidos nos balanços somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os passivos são reconhecidos no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

c) Perda por redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nenhuma provisão foi considerada necessária em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

d) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

O processo de elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores de receitas, despesas, ativos e passivos reportados nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem sua vida útil-econômica e o valor residual. O uso de estimativas e julgamentos é complexo e considera diversas premissas e projeções futuras e, por isso, a liquidação das transações pode resultar em valores diferentes das estimativas. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

e) Ativos e passivos contingentes e provisões

Ativos e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a Administração da Companhia acredita que sua realização é praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável, encerramento de processos em decorrência de liquidação por pagamento ou como resultado de acordo de compensação de um passivo existente.

A provisão para contingências é constituída para as discussões judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos ocorra para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis até a data de aprovação das demonstrações financeiras, dentre

99 Pay S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2020

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

elas, leis em seus diversos níveis hierárquicos, as jurisprudências, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os passivos contingentes com risco de perda possível são apenas divulgados e nenhuma provisão é reconhecida. Os passivos contingentes com o risco de perda remota não requerem divulgação e provisão.

f) Receitas e despesas

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério *pro rata die*. As operações de natureza financeira são atualizadas pelo método exponencial.

4. Provisão para perdas com passivos contingentes

Durante o curso normal de suas atividades, a Companhia está exposta a riscos oriundos de contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, para os quais com base na posição de seus advogados, bem como em estimativas da Administração, a mesma não esteve envolvida em ações judiciais ou administrativas, classificadas pela administração e seus assessores jurídicos como risco de perda provável e/ou possível, não sendo, portanto, constituídas provisões em 31 de dezembro de 2020.

5. Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social era de R\$ 5.000, dividido em 5.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada, a serem integralizadas, em moeda nacional, pelos sócios, conforme descrito na tabela a seguir:

<u>Sócios</u>	<u>2020</u>		<u>2019</u>	
	<u>Ações</u>	<u>Valor</u>	<u>Ações</u>	<u>Valor</u>
99 Tecnologia S.A.	5.000	5.000	5.000	5.000
Capital a integralizar	-	(5.000)	-	(5.000)
Total	5.000	-	5.000	-

99 Pay S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2020

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Partes relacionadas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve transação com partes relacionadas e/ou remuneração de pessoal chave da Administração.

7. Eventos subsequentes

Aumento de capital social

Em 28 de janeiro de 2022, a Companhia teve aumento de capital no valor de R\$ 64.872 pela suas controladas diretas 99 Pay LLC e Xiaoju Technology Holdings Ltda(Cay) Co. O capital social e a quantidade de quotas, após esse aumento de capital, passou a ser de R\$ 74.872 e 74.872.800, respectivamente.

Aquisição da Bepay Instituição de Pagamento S.A.

Em 17 de fevereiro de 2022, a 99 Pay S.A celebrou contrato de compra de 100% do capital social da Bepay Instituição de Pagamento S.A. ("Bepay").

A Bepay é uma instituição de pagamentos que oferece opções de transferências nacionais e internacionais, pagamentos e recebimentos através de uma conta digital.

As efetivas liquidações financeiras ocorrerão conforme contrato, durante o exercício de 2022.